



Entrevista: Paulo Carrano

O jovem, seu boné e a escola

Por Ricardo Prado e Lisandra Ogg Gomes, editores da revista *Veras*

“Democrática, republicana e o mais singularista possível”: assim deveria ser a escola de Ensino Médio ou da Educação de Jovens e Adultos na análise de Paulo Carrano, professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Uma escola que se interessasse em conhecer a trajetória extraescolar de seus alunos e soubesse escutá-los de forma atenta. A todos, republicanamente, e a cada um, enxergando-o como sujeito cultural completo – inclusive com seu boné...

Especialista em juventude, ou juventudes, como gosta de destacar, Paulo Carrano defende uma escola que consiga se mover, em um equilíbrio dinâmico, entre a necessária *intenção* pedagógica, pois todo processo de ensino e aprendizagem



precisa ter clareza em relação aos seus objetivos, e uma ainda mais necessária *atenção* pedagógica. Quando se trata de uma escola para jovens, destaca: “É preciso abandonar essa certeza de que eu sei o que é ser jovem porque já fui jovem também”, alerta. Vale mais seguir o conselho da poeta e educadora Cecília Meireles: “Quem trata com a juventude deve aprender a ser jovem”.

Ele próprio mostra que há muitas formas de aprender: como coordenador do grupo de pesquisa Observatório Jovem do Rio de Janeiro, Carrano se encontra na linha de frente de alguns trabalhos que buscam compreender o que é ser jovem nos dias de hoje. Nesse esforço, ele e seu grupo de pós-graduandos não hesitam em transitar com liberdade do tradicional ensaio acadêmico à linguagem audiovisual, da revista científica ao blog na internet. Um exemplo dessa complementaridade praticada pelo Observatório Jovem é a linha de pesquisa “Jovens fora de série: trajetórias truncadas de estudantes do Ensino Médio no Estado do Rio de Janeiro”. De um trabalho de campo iniciado em 2012, e que ouviu quase mil jovens de classes de EJA (Educação de Jovens e Adultos) da rede pública, nasceram, por exemplo, alguns artigos acadêmicos que reiteram a necessidade de a escola evitar, a qualquer custo, a evasão escolar, já que esse aluno às vezes demora muitos anos para voltar – se voltar –, e, também, produtos como o documentário *Fora de série*.

No dia desta entrevista, realizada no campus de Gragoatá da UFF, em Niterói, em meados de novembro de 2017, uma versão quase final do documentário seria gentilmente disponibilizada por seu diretor após a conversa. Com lançamento previsto para o início de 2018, *Fora de série* é um filme que dá voz e, mais que isso, acompanha e acolhe a luta de alguns alunos secundaristas para conseguirem voltar a estudar. São jovens que se encontram fora de suas séries esperadas e que vivem em diferentes graus as dificuldades de um recomeço, enfrentando escolas desaparelhadas, professores desmotivados e conteúdos pouco relevantes para suas vidas. Mas são, também, jovens “fora de série” (aqui remetendo ao adjetivo, igualmente sugerido pelo título do filme) ao mostrarem, a partir de seus depoimentos e trajetórias de vida, o quanto seguem valorizando, e perseguindo, aquilo que o país deveria ter-lhes oferecido da melhor forma possível: uma educação de qualidade.



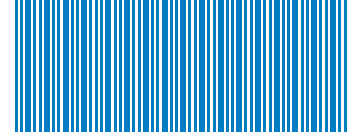
Revista Veras: Qual o conceito de juventude que você adota e como esse conceito evoluiu até chegar na atual faixa etária, que abrange dos 15 aos 29 anos?

Paulo Carrano: Primeiramente, vou falar o que é a voz de um campo de estudos, não é uma interpretação só minha. Há certo consenso que se formou entre estudiosos do tema segundo o qual a juventude é uma faixa etária biológica, mas, também, é uma representação social sobre essas mesmas idades objetivas. Isso faz com que diversas sociedades definam juventude segundo critérios próprios. Antes do Estatuto da Juventude, o Brasil definia como jovem aquele indivíduo com até 24 anos. Depois da promulgação do estatuto, em 2013, passou-se a considerar jovem aquele cidadão com idade entre 15 e 29 anos; e adolescente, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é aquele que tem entre 12 e 18 anos. Então, há uma confluência entre adolescência e juventude por conta das duas legislações.

Quando o Estado brasileiro amplia esse apoio até os 29 anos, está dando um sinal de que existe um corte de idade que ainda precisa ser apoiado para esse indivíduo ter uma inserção ativa na vida adulta. Essa mudança de idade não é casual ou puramente simbólica. Ela tem impacto no orçamento, pois significa inverter recursos para essa população. Então, a idade, se por um lado é um conceito objetivo, por outro é uma representação social.

A delimitação objetiva de juventude entre 15 e 29 anos está institucionalizada hoje no Brasil, mas ela não encerra todas as situações. Isso porque uma das características que levam uma sociedade a definir quem é considerado jovem é entender que ele ainda não é um adulto. Ser jovem é visto como uma contrafação entre a criança de um lado e o adulto de outro. E essa é outra questão: quando você trata um sujeito, um corpo pleno de vida, como um “vir-a-ser”, está retirando potência desse sujeito, e esse é mais um debate no campo cultural e político.

Essa mudança para 29 anos reflete uma mudança mundial em termos de longevidade da população, mas, no caso brasileiro, tem também uma razão estatística, amparada naquilo que se chamou de “onda jovem”. O Brasil até 2022 ainda vive essa “onda jovem”, com sua população composta majoritariamente por jovens; depois de 2022 a curva começará a decrescer, e essa é uma situação dramática para o país, porque seria o momento de termos pleno desenvolvimento, altas taxas de escolarização... tudo o que não está acontecendo hoje! O Brasil está perdendo a janela de oportunidade para aproveitar esse bônus demográfico, já estamos quase na saída dela. Ou seja, temos



uma população com uma capacidade de ação muito alta, que poderia estar colocando o país em um novo patamar de desenvolvimento. Esse é um problema: nós aumentamos a responsabilidade em relação a essa faixa da população, hoje são cerca de 51 milhões de jovens no país, mas não destinamos os recursos necessários para isso.

Revista Veras: Se a porta de entrada da juventude é considerada a adolescência, a porta de saída não é tão clara e se torna mais difusa, não?

Paulo Carrano: Sim, você tem razão. E isso tem a ver com o conceito de autonomia. A sociedade parece ter mais clareza do limite inferior, que separa crianças, púberes, adolescentes e jovens, do que da faixa superior. Aliás, se nós temos um conceito etário até preciso para falarmos de jovens, não há o mesmo conceito para o adulto. O que é um adulto? É o ser humano que não é nem jovem, nem criança. A própria definição de adulto é difusa. Então, esse limite superior vai ser variável de acordo com o nível sócio-econômico, a longevidade de cada sociedade etc.

Revista Veras: Juventude ou juventudes, onde o particular e o plural se encontram?

Paulo Carrano: Eu adoto a ideia de juventudes porque esse “s” complexifica a abordagem sobre os jovens, nos ajuda a perceber que não existe uma única maneira de ser jovem. E isso não é apenas entre as classes sociais: o “s” nos ajuda analiticamente tanto vertical quanto horizontalmente. Verticalmente nos ajuda a entender que as classes sociais são diferentes, geram condições de suporte diferentes e oportunidades diferentes também. E horizontalmente mostra que mesmo dentro de uma mesma classe social homogênea, ou de um mesmo território, há diferenças. O “s” de juventudes joga por terra essa ideia de que os jovens são todos iguais. Não há homogeneidade nem para cima, nem para o lado. Mas, por outro lado, é preciso ter cuidado porque se tudo fosse diferença, nós não teríamos situações bem localizadas, como as diferenças de classe, de gênero, de raça, que são desigualdades tão profundas. Então, há algumas unidades que as pesquisas procuram recobrir. Pegue-se, por exemplo, o conceito de unidade geracional. Isso é uma discussão interessante na Sociologia. Banaliza-se muito a ideia de geração: geração y, geração z... Isso pode ter muitas vezes uma operacionalidade pragmática: eu mapeio uma determinada gama de produtos e vendo para aquela geração. Agora, do ponto de vista mais analítico, esse conceito é frágil. Ainda acredito que o melhor conceito de geração é o que foi criado por Karl Mannheim [*sociólogo húngaro, 1893-1947*]: “Geração é aquele conjunto de indivíduos que são coetâneos no tempo e no espaço”. Eles vivem

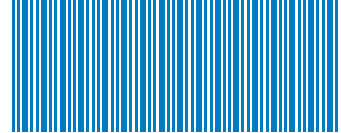


a mesma época histórica, experimentam a mesma dimensão espacial e vivem a mesma experiência geracional. Então, eu posso dizer que temos uma geração de jovens em 2017 porque eles estão imersos dentro daquilo que o Milton Santos [*geógrafo brasileiro, 1926-2001*] chamou de “mesmo meio técnico científico informacional”, ou seja, internet e acesso a computadores – e mesmo aqueles que não têm acesso têm desejo de ter e são influenciados por essa cosmologia mundial. Os jovens de 2017 fazem parte dessa mesma geração. Mas, por outro lado, eu não posso dizer que os jovens de 17 anos no Brasil são iguais se um é branco e outro é negro, porque a chance de esse jovem negro morrer é muito maior do que a do jovem branco. Então, eu não posso dizer que esses jovens são parte da mesma geração porque eles vivem experiências geracionais bem diferentes. Assim, o uso do “s” em juventudes é importante por conta dessa percepção da complexidade, mas, por outro lado, muitas vezes ele é banalizado.

Revista Veras: Quem é o jovem das classes populares que chega ao Ensino Médio hoje, no Brasil?

Paulo Carrano: Ao mesmo tempo que a juventude é uma geração, a vivência no mesmo espaço e tempo no presente, ela é também uma consequência histórica. Esse jovem negro, das classes populares, morador de favela ou das áreas rurais, também é herdeiro de uma história escravocrata, e parte daquele ponto de acesso aos direitos básicos, como à escolarização, ao trabalho, à circulação no espaço, aos bens de consumo, com uma grande defasagem, não de capacidade pessoal, mas uma defasagem histórica. O ponto de partida para conquistar alguma coisa em uma sociedade competitiva e desigual como a nossa nunca é igual. Claro que há trajetórias extraordinárias, sujeitos que se esforçam ao máximo e chegam lá. É muito comum ouvir de jovens negros, que ouviram de suas mães e avós: “Dê o melhor de si. Não basta você ser bom, você tem que ser o melhor”. Ou seja, é uma percepção do senso comum popular, especialmente das populações negras, de que não basta fazer, tem que fazer muito mais para superar esse atraso histórico, que é a maneira como o Brasil construiu sua igualdade racial, muito precária e irregular, na qual o abandono dos ex-escravos foi o traço maior dessas famílias. Então, a chegada desse jovem ao Ensino Médio é com defasagem, geralmente com uma história de repetições no Ensino Fundamental, abandonos etc.

A nossa pesquisa “Jovens Fora de Série”, que tem como um dos produtos o filme *Fora de Série*, foi feita em 14 escolas estaduais de Ensino Médio do Rio de Janeiro, com jovens de EJA, quase mil questionários aplicados, separando os questionários feitos por jovens até 29 anos, para adotarmos a categoria oficial usada pelo IBGE, mesmo sabendo



do que aos 30 anos, 32, 33, 34 anos, você ainda está naquela zona de incerteza em relação a ser adulto ainda, com muitas dificuldades. Nós percebemos que as reprovações no segundo segmento no Ensino Fundamental e, mais ainda, os abandonos fazem com que esses jovens cheguem ao Ensino Médio com defasagem idade-série alta e com muita dificuldade de se motivarem, especialmente porque, além da vida dura de ter que trabalhar e estudar, e muitas vezes esse jovem já é pai ou mãe, ele encontra uma escola muitas vezes pouco interessante. Então, há esses dois fatores: uma vida que o puxa para fora da escola, e uma escola que, de alguma maneira, está dizendo para ele que talvez seja melhor ele tentar ir trabalhar direto; não explicitamente, mas é um ambiente que muitas vezes não é propício para que esse jovem permaneça nele. A gente percebeu, na análise dos dados, que a escola quando reprova não está ajudando; está dando um sinal negativo para ele. Mas, quando o abandono acontece, é ainda pior porque esse jovem demora cinco, seis, sete anos para retornar. Nós temos um artigo que foi publicado na revista *Educação e Pesquisa* que conclui que a escola precisa fazer muito esforço pra que esse jovem não se afaste dela.

E as taxas de reprovação ainda continuam elevadas. O chamado Ensino Médio regular reprova muito, principalmente naquela passagem de nível, do 9º do Ensino Fundamental para o 1º ano, e desse para o 2º. Já nas turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos) as taxas de reprovação são menores porque a passagem é mais rápida, dura dois anos; e muitas vezes essa passagem rápida expressa uma educação de baixa qualidade, com poucas exigências. Há na nossa pesquisa jovens que, por não terem mais idade para permanecerem na educação regular, estudam à noite; mas eles queriam estudar na modalidade regular. Eles dizem: “Eu queria uma educação de mais qualidade”. A EJA precisaria ser mais próxima da realidade desse jovem e desse adulto, mais compreensiva, e mais suportada, mas muitas vezes o professor que vai dar aulas na EJA não é aquele que fez isso por opção, ou teve uma formação em serviço que o preparou para isso. Em geral, ele chegou lá porque foi remanejando horário, porque a escola precisava... muitas vezes ele se descobre um excelente professor de EJA, mas, geralmente, ele não foi preparado para estar lá.

Revista Veras: Pensando no ponto de vista do professor, o que esse profissional teria que fazer para que esse jovem sentisse essa escola como mais atraente?

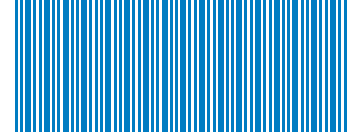
Paulo Carrano: Eu vejo dois aspectos em especial, sem pensar ainda em regras, metodologia ou prescrições. O primeiro aspecto antecede o professor, que são as condições da docência. Nesse momento em



que se retoma a narrativa neoliberal de desmonte do Estado é muito comum se ouvir a ideia de que temos problemas, mas, se o professor fosse melhor, a escola seria melhor. No final das contas, você acaba colocando a responsabilidade no professor, sobre aquilo que ele poderia e deveria fazer e, também, sobre aquilo em que ele não tem nenhum controle, como as condições infra-estruturais, de laboratórios, salários etc. E uma segunda condicionante é a própria origem dos estudantes. A gente sabe que o grande sucesso de algumas escolas privadas depende do sucesso das famílias, ou seja, se são famílias com alto capital cultural, cujos filhos já viajaram, com escolarização elevada, especialmente a da mãe. Existe um vasto campo de estudos sociológicos que demonstra a forte e decisiva influência dos recursos familiares no desempenho escolar de estudantes na Educação Básica.

Então, há esses dois fatores que precedem o professor. Dito isso, o professor, mesmo nessas condições dadas, pode fazer muito, principalmente se ele compreender que esse jovem que se encontra diante dele não é o jovem que ele foi. Esta talvez seja uma dificuldade nossa, enquanto adultos, enquanto professores e enquanto pais: achar que vai acertar porque foi jovem também e, portanto, sabe o que é ser jovem. Só sabe o que é ser jovem hoje quem está vivendo a juventude hoje. O que dá para fazer é estudar, tentar compreender se aproximando e, assim, ter uma visão aproximada, analítica, do que é ser jovem hoje, mas a experiência corpórea da juventude é do jovem e da jovem. Então, é preciso abandonar essa certeza de que eu sei o que é ser jovem porque já fui jovem também. Como dizia a [poeta e educadora brasileira, 1901-1964] Cecília Meireles, “quem trata com a juventude deve aprender a ser jovem”. É preciso fazer esse esforço para se aproximar do jovem. Estar atento ao que acontece no âmbito da música, da cultura, do esporte, da afetividade, das novas sociabilidades. A toda hora está se descobrindo uma nova forma de encontro musical dos jovens nas periferias das grandes cidades, algo que faz sentido para os jovens e não faria para mim, nem na minha época de juventude. Por isso que a formação do professor que trabalha com juventude no Ensino Médio, na EJA e na própria universidade deveria ser uma formação nucleada nos estudos de juventude, para entendê-la em sua amplitude corpórea, cultural e política.

Outra tendência que temos, como educadores, é a de apontar caminhos, de contribuir para que aquele sujeito seja melhor do que é. Isso é um papel formativo da educação, mas é preciso que seja feito dentro dessa ambiência contemporânea. Não é mais aquilo de falar “um dia você vai descobrir para que serve isso que estou ensinando”. Quantas vezes a gente ouviu esse tipo de coisa? Os jovens vão aprender, e apreender, aquilo que faz sentido para a sua experiência no



tempo presente. Não que o futuro não seja importante. Pelo contrário: os jovens pensam, e muito, no futuro. E muitas vezes até de maneira angustiada: “O que eu vou fazer amanhã?” E isso faz com que, muitas vezes, eles não fluam no presente. A quantidade de jovens que estão fazendo uma coisa e mudam, pensando que, no futuro, poderão fazer outra coisa, é muito grande. Então, o jovem não é um despreocupado do futuro, mas, por outro lado, ele coloca o seu esforço naquilo que dialoga com a sua experiência. Assim, o professor que trabalha com juventude deve estar atento não à prescrição (e nós somos muito bons nisso de planejar, de prescrever...), mas à atenção pedagógica. Ou seja, é preciso combinar a intenção pedagógica, porque é preciso saber aonde se quer chegar, com a atenção ao sujeito humano que está diante de mim, e que muitas vezes eu desconheço. E os estudos mostram isto: assim como nós, os jovens são interessados e desinteressados relativamente. Ninguém é interessado em tudo por todo o tempo! O desinteresse é uma relação. Eu costumo citar a [filósofa alemã, 1906-1975] Hannah Arendt, que em seu estudo *A condição humana* mostra que a origem da palavra interesse é *inter-omni-esses*, ou seja, “viver entre esses homens”. Quando você morre, deixa de estar entre esses (*desinere-omni-esses*), daí a palavra desinteresse, que está associada à morte. Então, o desinteresse na sala de aula, num relacionamento, no ambiente de trabalho, é uma morte em vida. Eu costumo dizer que, muitas vezes, o abandono da escola acontece antes mesmo da saída do jovem da escola; ele ainda está lá, mas os pensamentos estão longe e ele se pergunta “o que eu tô fazendo aqui?”. Isso é o desinteresse, que é fruto de uma má relação na construção social do interesse. Então, é um erro do campo educacional colocar o desinteresse em um único polo porque se o interesse é uma relação “entre esses”, é a minha relação que está problemática, e não o outro que está desinteressado. Se o aluno jovem está desinteressado, o professor deve se perguntar: “Será que eu não estou construindo relações desinteressantes? Será que não é preciso melhorar as relações de interesse?” É preciso se perguntar se o desinteresse do jovem não é, em última instância, resultado de uma relação desinteressante. Na formação do professor tem que entrar também essa busca em assumir mais um papel de mediador, desse que faz a liga entre a intenção e a atenção, do que do sujeito que prescreve. Isso é uma preocupação com o outro, e aí entra também a questão importante do reconhecimento, porque os mitos que nós criamos pelo outro em geral são formados pela distância, tanto física quanto simbólica. Se eu tenho uma imagem de aluno de Ensino Médio ideal, quando me deparo com um jovem que não corresponde àquela imagem idealizada, costumo dizer que ele não está bem preparado, que a família faltou, que ele vem de um bairro que não ajuda, e por aí vai. A aproximação com a vida do jovem mostra que nós estamos nos interessando por



ele; aí, entra o reconhecimento. Por exemplo, o jovem chega com o boné, e esse é um caso de estudo... Eu gostaria de fazer um estudo só sobre o uso do boné nas diferentes escolas do Brasil.

Revista Veras: Há, inclusive, em um dos seus artigos a expressão “Ah, o boné!” ...

Paulo Carrano: O boné representa um registro cultural e simbólico que não cabe na função uniformizadora do uniforme de escola. E o uniforme é uma ideia positiva, porque representa a igualdade: é um conceito republicano esse de uniformizar todos os alunos, de modo a não distinguir os conteúdos que serão ministrados. Mas, e a ideia da diferença? O boné expressa essa diferença maltratada. E as desculpas para se proibir o uso do boné são as mais esfarrapadas possíveis: que ele pode ocultar drogas, que é uma afronta ao professor, mexe com a autoridade... Mas, de alguma maneira, o boné representa para o jovem um estilo de vida, uma identidade cultural que a escola não aceita, ou não sabe trabalhar com ela. Então, essa dimensão do reconhecimento é muito importante porque, e aí eu concordo com o [filósofo francês, 1903-2005] Paul Ricoeur, “o reconhecimento precede o conhecimento”. A escola, sendo uma instituição muito preocupada com o conhecimento, ainda que hoje o conhecimento não esteja só nela – e cada vez menos o conhecimento está só nela, está na ponta dos dedos, na internet, nos bancos de dados –, ela é, e deve ser, também um local de reconhecimento do interessante. Se eu não reconheço o outro, não posso educá-lo. Daí a importância do reconhecimento.

Revista Veras: Nesse sentido, é como aquela expressão que você usa de que a escola precisa reconhecer as trajetórias não escolares de seus alunos, não?

Paulo Carrano: Esse é o esforço que estamos fazendo aqui no Observatório Jovem, o de tentar fazer uma sintonia fina dessa realidade escolar por meio da escuta biográfica, sem descurar de trabalhar com métodos quantitativos. A ideia é que a escola, para ser democrática e republicana, precisa ser para todos, mas, cada vez mais, precisa também fazer sentido para cada um. Assim, ela precisaria ser o mais singularista possível. E não se consegue fazer isso sem ferramentas e métodos para fazer a escuta desses percursos biográficos singulares; por isso que a escuta biográfica é tão importante. Está-se diante de um aluno que é um sujeito cultural completo.

Revista Veras: Qual o papel do grupo entre os jovens? Você costuma destacar que esse relacionamento no grupo, muitas vezes, se dá nos espaços intersticiais, no deslocamento entre escola e casa, por

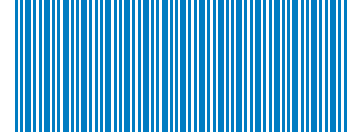


exemplo.

Paulo Carrano: Talvez uma das representações mais comuns, e que está bastante presente no cinema e na cultura em geral, é a do jovem como um ser grupal, que anda junto. E isso, às vezes, representa certo pânico entre as famílias, que se preocupam com esses jovens andando em grupo por conta de riscos que isso representaria (brigas, uso de drogas, iniciação sexual etc.). A ideia do jovem, em geral, está associada ao grupo, e há muitos estudos sobre isso. E é importante que o professor se aproprie dessa bibliografia; alguns estudos vão falar em culturas juvenis, outros em tribos juvenis. Eu não gosto muito desse conceito de tribo, que é importado da antropologia rural, que dá certa ideia de isolamento, porque mesmo quando um jovem pertence a um grupo identitário bem demarcado e visível, com suas roupas e estilo de ser, há trânsito entre os grupos e dificilmente ele hoje faz parte de um único grupo. Por isso, é preciso ter cuidado com essa ideia de identidade única. Cada vez mais, num mundo globalizado e integrado, onde as pessoas circulam por vários lugares, tanto fisicamente quanto nas redes sociais, as identidades são múltiplas. De qualquer maneira, ou mais fechado num grupo de referência ou transitando entre vários, fazer parte de grupos é fundamental para a constituição da vida dos jovens. Por isso que uma das tragédias civilizatórias de hoje é que, por medo da violência, muitos pais estão cerceando ou interditando a autonomia, a circulação e a liberdade que o jovem deve ter para se fazer sujeito, de experimentar diferentes grupalidades e referenciais éticos e, inclusive, correr riscos com esses grupos.

Revista Veras: Por que o grupo é tão importante para o jovem?

Paulo Carrano: O grupo não é importante apenas para o jovem. É importante para o humano. Eu gosto muito de uma imagem que o Pepe Mujica [*presidente do Uruguai entre 2005 e 2010*] cria para responder a essa questão sobre o que nos fez humanos, se foi o trabalho, se foi a arte, se foi o jogo. Ele diz que a primeira pessoa que gritou “Socorro, me ajuda!”, essa pessoa inventou o humano. É uma imagem bonita, que nos mostra que, ainda que sejamos sujeitos competitivos, o estar junto, a solidariedade, a vida em comum talvez seja o traço mais importante no humano. E os jovens estão num momento de afirmação, de constituição de suas identidades enquanto sujeito humano em seus valores mais profundos; estão vivendo aquilo que na Sociologia se chama de socialização secundária, que se segue à que vem das primeiras socializações familiares. Ao se relacionar com um grupo no qual seu campo de atuação é maior do que na família, ele está constituindo uma renovada personalidade, que vai dialogar com aquela que ele constituiu na família. Então, o grupo é importante por ser o pri-

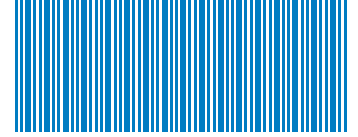


meiro momento no qual o jovem pode experimentar uma identidade própria e uma autonomia relativa sem a vigilância dos pais e de outros adultos, como professores, tios ou irmãos mais velhos. E assim, ele começa a se constituir enquanto sujeito humano livre, que é o objetivo da educação. Nós não educamos ninguém para ser dependente de outros, e sim para se constituir enquanto sujeito individuado. É no grupo que o jovem exercita aquilo que já começou na primeira infância, quando a criança começa a perceber que ela tem um corpo próprio, que ela não é a mãe. Esse processo de ontogênese, que cria o corpo próprio, não para; vai se ampliando e dura até o fim da vida. E tem um momento bastante significativo na juventude porque é no espaço do grupo que o sujeito pode experimentar essa autonomia. Por isso é tão importante que as cidades sejam generosas com seus jovens e adolescentes, que eles possam circular e fazer escolhas. Há estudos que mostram que quanto mais seguro é um território, mais benefícios isso traz para a autonomia do jovem, especialmente junto aos seus pais. Quando o jovem não pode circular na cidade livremente porque é perigoso, quando é proibido de visitar tal namorada ou namorado ou ir a uma festa porque ele corre risco de vida, ele não pode circular nem fazer escolhas.

Agora, se por um lado o grupo é importantíssimo para constituir esse sujeito autônomo, ele também é uma fonte de risco, principalmente se o jovem adota uma identidade única. Fazer parte de um grupo não é apenas identificar como positivo ou aderir a um determinado perfil grupal. É também ser reconhecido por esse grupo. Há uma reciprocidade: eu me reconheço nesse grupo, mas tudo o que eu faço também precisa ser reconhecido por ele. E há um campo de risco quando um jovem entra num grupo e não se encontra fortalecido, ou individuado, suficientemente para tomar as próprias decisões. Muitas vezes ele segue a tendência do grupo, e há muitos grupos que são perversos, há provas de fogo, há rituais de adesão que colocam em teste a capacidade de tomada de decisão, de autonomia. Viver é isso, aposta e risco.

Revista Veras: Nesse sentido, a explosão de violência que se observa no Brasil atualmente é uma catástrofe para a juventude, não só por conta do medo da violência que limita a autonomia como porque a violência se abate especialmente sobre os jovens, não?

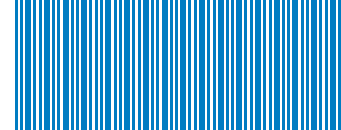
Paulo Carrano: E esse medo da violência mostra que a gente precisa articular a noção de segurança pública com a ideia de liberdades públicas, que significa garantir que as pessoas possam circular. Só se fala em segurança, mas, no final das contas, nós estamos falando de liberdade. Toda vez que há ameaças à segurança nós tendemos a sacrificar, consciente ou inconscientemente, parte significativa da nossa



liberdade. Então, nós estamos diante de um desafio democrático para esse jovem se constituir enquanto sujeito autônomo, para realizar suas escolhas éticas, políticas, e decidir quais grupos quer frequentar.

Revista Veras: Por que há essa ligação tão forte no senso comum entre juventude e violência?

Paulo Carrano: Primeiramente é preciso dizer que essa associação entre juventude e violência não é do jovem em geral. Numa sociedade que é machista, que é racista, que é classista, o acento da violência recai sobre o jovem das classes populares, especialmente o jovem negro, que é o alvo das polícias. A polícia mata esse jovem como se ele tivesse um alvo nas suas costas. Há uma representação social que diz que o jovem pobre e negro é violento, não há uma ideia geral de que “a juventude é violenta”. Tanto que, muitas vezes para atenuar um crime cometido por um jovem de classe média ou alta ele é chamado de “jovem”, “ah, ele vai ser preso e vai perder a sua juventude...”, e se evita até falar o bandido, o assaltante, o meliante, o marginal, essas “palavras bichadas” como diz o [poeta mato-grossense, 1916-2014] Manoel de Barros, que se utilizam para o jovem popular. Jovem em geral não é associado à violência; o jovem pobre é; o jovem negro é; o jovem favelado é, porque há uma imagem hostil que é tributária daquela visão que vem do século 19 de “classes perigosas”. Os pobres são a classe perigosa, e quem definiu isso foram as elites. Isso ainda continua. Estatisticamente, talvez seja irrefutável afirmar que são os jovens negros e pobres os mais envolvidos no ciclo da violência; matam e morrem. Que são os que mais morrem, com certeza. E se encontram envolvidos nesse ciclo de violência porque se envolvem em atividades ilícitas, no tráfico de drogas e de armas, são atraídos para esse mundo muito em função da falta de oportunidades, de perspectivas. Claro que nem todos os jovens vão para a vida de crime, mas essa vida de crime está sempre no território popular, e se faz muito pouco no sentido da proteção desses territórios. A própria política de guerra às drogas é um fracasso, e continua a ser reiterada porque a gente não consegue pensar numa forma alternativa de retirar desses territórios populares esse peso, tanto do domínio das drogas ilegais, que por serem ilegais são controladas na força das armas, quanto na repressão a elas. Há um estudo muito interessante da professora Silvia Ramos, do CESeC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes), chamado “Elemento suspeito”, uma pesquisa com cerca de 2 mil policiais entrevistados que respondiam como eles identificavam um elemento suspeito. E é o jovem negro que aparece como suspeito. A campanha da Anistia Internacional “Eu quero o jovem negro vivo” mostra bem isso a partir dessa estatística terrível que mostra que, a cada dez jovens mortos, oito são negros.



A ONU também lançou em novembro a campanha “Quero o jovem vivo”, contra o extermínio da juventude negra. Então, é uma realidade objetiva, estatística, que não deve servir para mostrar que o jovem negro é violento, nem para dizer que ele é só vítima.

Há uma ciranda de violência na qual o jovem negro é o mais vitimado. A saída desse ciclo passa por um país que enfrente a desigualdade e que ela pare de se perpetuar, onde a escolarização seja feita de forma eficaz (e se sabe que uma maior taxa de escolarização tem um efeito protetivo na população); precisaria haver muito investimento em políticas públicas gerais, que chegassem a todos, mas também em políticas focadas, especialmente aquelas que chegam ao território. No Brasil há enormes discrepâncias na distribuição de aparelhos culturais entre regiões e municípios. Há cidades como o Rio de Janeiro, por exemplo, com absurda concentração de aparelhos de cultura em uma única zona da cidade! Você tem áreas inteiras na cidade que são verdadeiros desertos culturais. E esse vazio cultural é ocupado. Se fala muito nos bailes funk nas favelas, mas, às vezes, é a única opção cultural que o jovem de lá tem. É um vazio, estatal e também cultural, que é preenchido pelo tráfico, ou pelas milícias.

Revista Veras: No seu estudo sobre os bailes funk de Angra dos Reis você comenta que, em muitos casos, a violência é mais ritualística do que física, como se fosse preciso lidar de alguma forma com a violência que faz parte da vida desses jovens das classes populares. É uma forma de lidar com essa realidade?

Paulo Carrano: As formas de expressão artísticas devem tributo às condições objetivas da vida. Assim, o fato de um jovem gostar só de funk mostra muito mais que ele só teve a opção cultural do funk do que outra coisa! E as letras das músicas retratam o cotidiano que ele vive. Não é a questão do funk em si, mas do modo de vida no qual ele está imerso. Boa parte daquilo que a gente chama de violência é parte da incompreensão da nossa noção de civilidade ou incivilidade. Porque, evidentemente, se você tem pessoas armadas num baile, ou se são pessoas do mundo do crime que coordenam o baile, o controle político e cultural tende a ser deles também, e isso é um problema. Agora, dentro daquela câmara de sociabilidade, muitas coisas são rituais e simbólicas, que perpetuam muitas vezes uma cultura machista.

Revista Veras: O professor, mesmo com toda a falta de identidade com a escola, ainda tem um papel importante, como adulto de referência?

Paulo Carrano: Quando nós pedimos para um jovem avaliar a sua escola, ele começa a falar do professor, da professora, da diretora, da



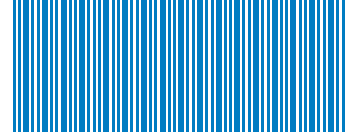
merendeira... dificilmente ele analisa a instituição, mas sim pessoas que se destacam, e essas pessoas são suporte para ele na instituição. Isso é um traço hoje das instituições, que se encontram cada vez mais frágeis e que precisam de suporte também, no sentido de políticas públicas que lhes garantam um bom desenvolvimento, mas dentro delas sempre há indivíduos que fazem diferença e a vez da instituição.

Revista Veras: Como avalia essa reforma do Ensino Médio?

Paulo Carrano: A reforma do Ensino Médio tal como foi narrada pelo governo federal é um engodo. Ela falsificou e deturpou aquelas afirmações que temos dito e usado a partir de diversas pesquisas que apontam que a escola de Ensino Médio precisaria ser mais interessante para o jovem. Então, o que o governo federal utilizou foi a ideia de que os jovens não querem essa escola que está aí porque ela tem muitas disciplinas. O tema das disciplinas, quando aparece nas pesquisas, é muito residual, em geral não se reclama disso. O que se reclama é de muito conteúdo, de conteúdos que não fazem sentido para a vida, de professores que estão cansados e sobrecarregados, de professores que não compreendem o que é ser jovem, de escolas desaparelhadas, que estão em ambientes violentados onde a insegurança é a marca. E o governo federal amplificou um ponto, que era periférico e residual, porque esse ponto era o que interessava para a sua reforma, que ainda foi feita institucionalmente de forma centralizadora, porque em Medida Provisória, que é um expediente do Estado brasileiro para excepcionalidades, caso de tragédias em que não faz sentido se fazer licitação. Uma reforma tal como a do Ensino Médio mereceria um amplo diálogo nacional, lançando mão dos estudos que já foram feitos, criando-se um canal de discussão de baixo para cima, e não feita dessa maneira. O que o governo fez foi casar uma vontade política neoliberal adormecida de fragmentar o Ensino Médio, que vem dos anos 1990, e que encontrou as condições políticas agora, criando mais uma vez o dualismo da separação entre o propedêutico e o técnico-profissional.

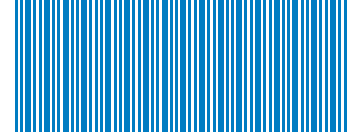
Revista Veras: Uma divisão parecida com a que havia na época do regime militar...

Paulo Carrano: Também, mas até mais parecida com a reforma feita por [Gustavo, 1900-1985] Capanema nos anos 1940. Ou seja, uma escola com duas vertentes bastante claras, onde alguns vão fazer um ensino mais geral, propedêutico, hoje centrado em Matemática e Língua Portuguesa, e vão alcançar a universidade, e outros vão se qualificar mais rapidamente para o mercado de trabalho. Com isso, se estanca uma força ascendente de jovens das classes populares que almejam cursar o ensino superior. O ministro da Educação Mendon-



ça Filho, desde que assumiu, vem acusando os governos anteriores de terem feito uma política irresponsável de ampliar excessivamente as matrículas no ensino superior. Ele diz que o ensino superior não comporta mais do que 20% de matrículas de jovens. Ou seja, com isso ele “estanca a sangria” por cima, criando uma dispersão por baixo, fazendo com que essa expectativa de ingresso no ensino superior seja dissipada e encontre um canal de formação técnico-profissional gerada para eles. E eu estou falando de uma forma generosa desse “técnico-profissional”, que vai acontecer de forma aligeirada, amesquinhada, sem laboratórios, sem opções. Essa é outra mistificação: o governa fala que vai dar opção de caminhos formativos e a gente sabe que cerca de 60% dos municípios brasileiros têm apenas uma escola de Ensino Médio, e esse jovem vai precisar se deslocar. Então, é uma reforma deletéria para as aspirações das classes populares, especialmente em um país onde *ser bacharel* ainda é importante. A universidade mudou bastante, e isso incomodou alguns setores mais conservadores, mais elitizantes, que não queriam uma universidade tão negra, tão feminina, tão popular.

Além dessa dualização, o que é grave nessa reforma é que, em vez de atenuar, ela aprofunda a sociedade de classes, ela interdita a mobilidade ascendente que estava se dando ao ensino superior, ainda que eu, particularmente, ache que não deve ser o destino de todo jovem chegar ao ensino superior. Nós deveríamos ter um Ensino Médio como final da Educação Básica de formação cidadã plena, cultural, humana, filosófica, ética, política, técnico-científica, a ponto de o sujeito se sentir um trabalhador plenamente formado somente chegando ao final desse ciclo. Mas para isso, fazendo um jogo de palavras, essa escola de Ensino Médio precisaria ser de “nível superior”, e não uma escada para o ensino superior. A reforma não ajudou em nada esse esforço que estávamos fazendo, com muita dificuldade, de transformar a escola pública de Ensino Médio em algo digno de formação cidadã, e que está na LDB. Nós temos a percepção de que perdemos essa luta da reforma, que foi aprovada e virou lei, e ela alterou a LDB, mas não em outros aspectos, como, por exemplo, o de que o Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica e deve ser de qualidade plena. Nós devemos lutar por isso! Ela não alterou a Constituição, que garante uma formação cidadã igual para todos; nós temos condições, ainda no arcabouço jurídico institucional que está constituído, de lutar por essa escola de qualidade. O que significa dizer que os jovens que estão no Ensino Médio não devem aceitar o cardápio único que as redes educacionais vão oferecer. Devem, sim, cobrar o leque formativo mais amplo possível. Outro absurdo desse apressamento, ao arrepio do debate democrático, é fazer uma reforma do Ensino



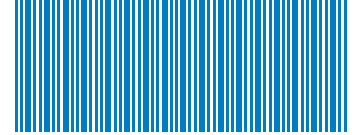
Médio dependente de uma Base Nacional Curricular Comum que ainda nem foi apresentada ao Conselho Nacional de Educação.

Os efeitos da reforma do Ensino Médio ainda vão demorar de dois a três anos para serem sentidos. Agora, esses efeitos podem ser mobilizadores, como foi o próprio anúncio da medida provisória, que motivou a ocupação de escolas e universidades. Quando o desnudamento do engodo começar a aparecer, com o encurtamento das opções, essas mobilizações podem aparecer. Esses jovens que fizeram as ocupações vão sair da escola, mas a história de outros países mostra que isso deixa marca. Há uma memória coletiva hoje sendo tecida, em gestação, nas escolas de Ensino Médio que foram ocupadas. Esses jovens vão chegar à universidade e vão também fazer mobilizações na universidade. O Chile é um exemplo disso: a “geração dos pinguins” chegou à universidade e agora está revolucionando o ensino superior, reivindicando o ensino público gratuito e de qualidade. Então, é possível que daqui dois ou três anos essa memória da luta seja reativada quando os efeitos do engodo da reforma do Ensino Médio começarem a ser desnudados na prática.

Revista Veras: Como vê as manifestações de 2013?

Paulo Carrano: Se alguém disser que previu que isso iria acontecer eu diria que, provavelmente, essa pessoa está praticando um autoengano, porque não havia indícios de que as manifestações iriam acontecer daquela forma. Depois de acontecido é possível fazer uma decomposição analítica dos fatos novos, e ver que muito daquilo que nós estávamos estudando estava presente ali, como a mobilidade urbana como estopim das manifestações, especialmente em São Paulo, depois Rio de Janeiro, Florianópolis. São movimentações que já tinham uma historicidade, como a revolta do Buzú, em Salvador em 2003, a revolta dos ônibus em Florianópolis e a luta pelo passe livre no Rio de Janeiro, uma série de elementos de mobilização que vão mostrando que o direito à cidade é algo que os jovens vêm reivindicando há muito tempo. E tem a ver com aquela pergunta anterior, sobre o direito de ir e vir, de usufruir da cidade. Então, o estopim ter sido a mobilidade urbana não foi surpresa; ter acontecido naquele momento e daquele jeito, sim.

A outra questão que aparece é os jovens agindo sem muito comando, sem o apoio de instituições verticalizadas, ou clássicas, como partidos, sindicatos, grêmios estudantis, diretórios de estudantes. Isto também as pesquisas já estavam mostrando, e é um fenômeno mundial: que os jovens querem participar daquilo onde eles vejam que tem um resultado imediato, onde as suas ações são respeitadas e não preci-



sam que superiores, ou pessoas colocadas hierarquicamente acima deles, deem a direção. Ou seja, a ideia de horizontalidade, a ideia de instantaneidade, o uso das mídias sociais como forma de mobilização, ainda que essa seja uma equação que dificilmente vai ser resolvida: o que foi mais efetivo, as mobilizações de rua ou a mobilização nas redes sociais? Dificilmente você consegue totalizar isso e me parece mais interessante, analiticamente, aquilo que o [sociólogo espanhol, 1942] Manuel Castels definiu como o “espaço híbrido” entre as ruas e as redes. Ele fez isso analisando a Primavera Árabe, e mostra que esse espaço híbrido se retroalimenta entre as mobilizações que se dão nas ruas e nas redes sociais. A própria convocação, às vezes, partia de poucos indivíduos e gerava multidões de milhares de pessoas. Isso é um traço novo de mobilização, e que causou surpresa a muitas pessoas no campo da esquerda mais clássica, organizada de maneira vertical, que estranhou que algo tão espontâneo tivesse surgido à revelia da sua direção, e, com isso, tachou o movimento como sendo de direita. Evidentemente, a direita foi para a rua, alguns grupos nasceram dessa própria rua e foram estimulados a se constituírem, mas 2013 não pode ser tachado como uma mobilização da direita; ainda que ela possa ter capturado não todo o efeito, porque nenhum grupo político, nenhuma tendência ideológica consegue capturar todo o efeito de manifestações tão plurais e diversas, e pouco hierarquizadas como essas. Então, 2013 é um caldeirão, uma grande sopa política, ideológica, cultural que foi, ao mesmo tempo, encorpada por vários setores e, também, foi bebida por vários setores. A direita bebeu um pouco dela, a esquerda bebeu, os anarquistas beberam muito dela! Boa parte das ocupações de escolas tiveram esse imaginário de 2013, e muitos grupos que deram direção às ocupações foram grupos que tiveram vida ativa em 2013. Os anarquistas tiveram participação muito grande no movimento de ocupação das escolas, principalmente porque a forma de ocupação é muito própria ao neoanarquismo que está colocado hoje nas cidades, a busca da construção do comum, da horizontalidade, da recusa das representações, do adiamento ao máximo da negociação com as autoridades constituídas, isso tudo já estava ali em 2013.

E tem um traço aí, que é algo que hoje está se mostrando como inibidor das manifestações, que é essa violência antidemocrática da polícia, que não age para manter a ordem, mas para dispersar o direito democrático à manifestação. No começo, a violência com que ela atuou estimulou novas manifestações, como ato de solidariedade aos que estavam sendo atacados. Hoje, a violência das polícias, especialmente nas capitais, tem sido inibidora das manifestações.

Revista Veras: Você não acha preocupante o desinteresse que muitos jovens demonstram pela representação política?



Paulo Carrano: É preocupante a renúncia em participar, de jovens e não jovens. Os italianos chamam isso de *qualunquismo*, uma indiferença e desesperança ante a participação política e social; algo assim como “deixa pra lá”. Ou seja, os políticos são todos iguais. A não participação é uma negação da cidadania. A cidadania pressupõe integração formal, garantias do direito a participar; mas você precisa querer participar, e precisa estar imbuído de valores democráticos. Porque se você está incluído, quer participar mas não tem valores democráticos, isso pode derivar para uma atuação fascista. Não participar significa abrir mão da experiência desse exercício democrático. É ruim para todos nós. Mas por que nós achamos pior quando os jovens não participam? Primeiro porque nós temos uma esperança muito grande que os jovens resolvam os problemas que nós, adultos, não conseguimos resolver. E depois porque, como diz Alberto Melucci [*sociólogo e psicólogo italiano, 1943-2001*], os jovens são a ponta de um iceberg que, se bem compreendido, pode desvelar as formas sociais do futuro. Se você tem uma geração inteira que não participa, pode-se ter um futuro complicado e sombrio, em que poucos participam da vida pública, e vão manipular e dirigir as maiorias, invertendo a própria noção de democracia, em que os dirigentes são os empregados do povo, e não o contrário. Dito isso, é preciso dizer também que a não participação do jovem é política, porque ela está dizendo “eu não quero participar dessa política que está aí”; então, ela também pode ser lida de outra maneira, há um campo de possibilidade de renovação aí. Eu não quero participar disso aí e eu, talvez, construa formas alternativas a isso que está aí.

Revista Veras: Ou seja, “eu não quero participar disso aí” não necessariamente significa “eu não tenho interesse”...

Paulo Carrano: Sim, pode significar “eu não quero participar de uma instituição cujo poder é sempre masculino”, especialmente essa juventude que assumiu com muita força a bandeira feminista. Ela está dizendo não ao patriarcalismo. Eu não quero participar de instituições tão corrompidas sob o ponto de vista de seus valores, do trato com a coisa pública, ou seja, está dizendo não ao patrimonialismo das instituições. Eu não quero participar de instituições nas quais os jovens são convidados para serem ouvidos em partidos, sindicatos, agremiações, porque são um segmento importante, mas nas quais ele não tem poder de decisão nenhum. Então, esse jovem que participa está reivindicando uma participação forte, em que ele tem voz ativa nas decisões que influenciam, e não quer aceitar mais a participação de forma frágil, uma escuta fraca, do tipo “o que você acha? Mas a decisão final é minha”.



REFERÊNCIAS

CARRANO, P. *Narrativas juvenis e espaços públicos*. Rio de Janeiro: EDUFF/FAPERJ, 2014.

_____. *Os jovens e a cidade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

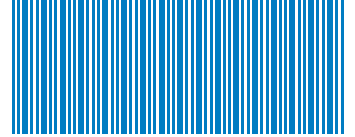
CARRANO, P. Dayrell, J. MAIA, C. L (Orgs.). *Juventude e Ensino Médio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

Paulo Carrano dirigiu e produziu os seguintes vídeos documentários: *Jovens no Centro* (2005), *Sementes da memória* (2005), *Se eles soubessem* (2006), *Bracuí: velhas lutas, jovens histórias* (2007), *Sou de Jongo* (2009), *Jovens do Morro do Palácio: cinco caminhos* (2011), *Escolas de Guiné Bissau e Cabo Verde: a educação entre-línguas* (2012), *Uma escola entre redes sociais* (2013) e *Fora de série* (a ser lançado em 2018).

Fora de série: um filme dentro de uma pesquisa. Ou vice-versa.

Fora de Série, o mais recente documentário produzido pelo Observatório Jovem do Rio de Janeiro tem lançamento previsto para janeiro de 2018. Trata-se de um filme de pesquisa com jovens estudantes do ensino médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de 14 escolas públicas do Rio de Janeiro. Os jovens narram percursos de vida e contam histórias sobre seus relacionamentos com a escola; os relatos apresentam desafios que envolvem o processo de escolarização e dão notícias dos suportes encontrados dentro e fora da escola para concluir o ensino médio.





Sobre a metodologia usada no filme pesquisa para que os jovens falassem e mostrassem suas vidas, confira esta reportagem do site do Observatório Jovem: goo.gl/iZbgQ2content_copy

Realização: Observatório Jovem do Rio de Janeiro – Universidade Federal Fluminense

Direção: Paulo Carrano

Duração: 100 minutos

Produção: Ana Karina Brenner e Raquel Stern

Fotografia, Câmeras e Som Direto: JV Santos e Luciano Dayrell

Câmera de apoio: Caio Miranda

Som Direto de apoio: Rodrigo Maia e Bruno Ramos (Assistente)

Edição: Luciano Dayrell

Roteiro: Ana Karina Brenner, Luciano Dayrell, Marcela Betancourt, Paulo Carrano, Patricia Abreu

e Taynã Martins

Entrevistas: Ana Karina Brenner, Marcio Amaral, Paulo Carrano, Patricia Abreu

Trilha Sonora – composição|arranjo|instrumentos: Thiago Sobral e Lucas Fixel

Dispositivos de Foto e Video: Alexandre Nascimento Guimarães, Jhonata Francisco Barbosa e Maria Cidicléia Silva Nunes

Apoio: Faperj, CNPq, UERJ, ANPEd, Faculdade de Educação da UFF, Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF e Laboratório da Imagem Documental em Educação (LIDE/UFF).

